

## MOÇÃO

*Apresentado por  
Hásonia com  
2 ABSTENÇÕES*

### DEFENDER E VALORIZAR A ESCOLA PÚBLICA

As forças mais conservadoras e de direita, ainda mal restabelecidas da derrota eleitoral de 4 de Outubro passado dos seus partidos representativos, PSD e CDS, perante a decisão do actual Governo na área da Educação de não dar continuidade aos contratos de associação com instituições privadas onde existe resposta pública adequada, desencadearam uma enorme ofensiva ideológica, apoiada por sectores sociais poderosos, contra a Escola Pública e em especial contra a Constituição da República.

Foi a partir de finais dos anos 80 do séc. XIX que se começou a criar um “quase mercado” educativo, fundado em contratos de associação com colégios privados, que se destinavam a garantir o acesso das crianças e jovens ao ensino em territórios onde não existia oferta pública. Este processo ao longo destes anos traduziu-se num desinvestimento do Estado e no incumprimento da obrigação constitucional por parte de sucessivos governos, de criação de uma rede pública de estabelecimentos que satisfaça todas as necessidades educativas de toda a população.

Na verdade são diversos os territórios onde nem o Ministério da Educação, nem as Autarquias Locais construíram as escolas necessárias, acontecendo até que em muitos deles foi o próprio Estado a avaliar, incentivar e apoiar investimentos privados, garantindo a assinatura de contratos de associação e a contratualização da oferta onde ela era inexistente ou insuficiente.

Ao longo do séc. XIX fomos assistindo ao processo emancipador de passagem da Educação da tutela da igreja, das comunidades e dos privados para a tutela do Estado, que no nosso País se consolidou com a Revolução de Abril e a legislação que instituiu a obrigatoriedade e o alargamento da escolaridade a todas as crianças e jovens.

Quando hoje as forças mais conservadoras e de direita voltam a erguer a bandeira da liberdade das famílias escolherem a escola dos filhos, o que pretendem efectivamente é um regresso a um tempo em que a escola era vista como um bem raro, escasso, ao qual nem todos deveriam ter acesso. Não podendo fazê-lo de forma tão directa, até pela necessidade de garantir um mínimo de qualificações à mão-de-obra de que o capital necessita, a direita tenta garantir é a existência de um sistema dual, uma escola a duas velocidades, uma escola de elites e para elites, que volte a ser um bem privado a que as classes populares não tenham acesso. Perante isto só nos resta defender os valores de Abril e a Escola Pública, Democrática, Inclusiva e para todos.

A resposta dada no passado dia 18 de Junho nas ruas de Lisboa exige uma acção atenta e continuada; das escolas públicas; dos professores; dos pais; dos cidadãos em geral na defesa desta importante função social do Estado, que é a Educação.

Defender e valorizar a Escola Pública é defender a Constituição, é defender o futuro dos cidadãos e do País.

Assim a Assembleia de Freguesia de Marvila reunida no dia 29 de Junho decide:

1.- Apelar ao Governo para que se mantenha firme na defesa da Escola Pública, valorizando-a, investindo na sua qualidade e no seu papel enriquecedor de todas as crianças e jovens.

2.- Exigir que não haja duplicação de financiamento e que, no respeito pela Constituição se garanta o financiamento adequado à Escola Pública

3.- Defender que o apoio financeiro aos colégios privados, através dos contratos de associação tenha lugar apenas quando a resposta pública é insuficiente, sendo só apoiados os alunos das áreas geográficas previstas nos respectivos contratos.

4.- Propor que aos docentes dos estabelecimentos particulares e cooperativos, cujos horários de trabalho são ainda mais sobrecarregados, sejam aplicadas as mesmas normas que se aplicam no ensino público.

5.- Enviar esta moção ao Presidente da República; à Assembleia da República- Grupos Parlamentares; ao Ministério da Educação; à FENPROF; à FNE; ao Agrupamento de Escolas D. Dinis, *Agrupamento escolas das Oeiras, Agrupamento de*

*escolas António Damásio e Agrupamento Luís António Verney*

Os Eleitos do PCP/CDU